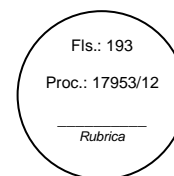




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



PROCESSO Nº 17.953/2012

ÓRGÃO DE ORIGEM: Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCDF.

ASSUNTO: **Representação.**

EMENTA: Representação nº 015/2012 – DA, formulada pelo *Parquet*, fundada em denúncia relatando indícios de irregularidades no âmbito do DETRAN/DF, referentes a nomeações/designações para preenchimento de funções/cargos comissionados, exercício irregular da advocacia, enriquecimento ilícito e não cumprimento de jornada de trabalho por servidor estudante.

Conhecimento da representação e autorização para realização de inspeção para apuração dos fatos (Decisão nº 4641/2012 – fl. 11).

Procedência parcial. Determinações. Decisão nº 1.053/2013 (fls. 132/133).

**Cumprimento parcial. Reiteração.**

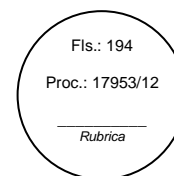
Senhor Diretor,

Tratam os autos da Representação nº 015/2012 – DA (fls. 1/4), da lavra do nobre Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, acerca de indícios de irregularidades no âmbito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, apontados em denúncia recebida por aquele *Parquet*, os quais denotariam possível desvio de interesse público ou gasto público indevido, referentes a nomeações/designações para preenchimento de funções/cargos comissionados na estrutura do DETRAN/DF e do DENATRAN, exercício irregular da advocacia por servidor daquele órgão, enriquecimento ilícito de um de seus servidores, pressão de empresa que presta serviços àquele Departamento para nomeação de pessoas que possam atender a seus interesses e não cumprimento de jornada de trabalho por servidor estudante.

2. Por meio da Decisão nº 1.053/2013 (fls. 132/133), esta Corte considerou procedente a Representação nº 015/2012-DA no tocante à irregularidade do exercício de cargo comissionado no DETRAN/DF por servidores da PCDF sem a devida formalização da cessão, determinando à Polícia Civil do DF, por meio do item III, a adoção de providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



3. Ainda, por meio do item V da mencionada decisão, esta e. Corte determinou ao DETRAN/DF que encaminhasse ao TCDF:

*a) o comprovante que o servidor de Matrícula nº 00.741-2 efetivamente compensou o horário especial que lhe foi deferido, para que frequentasse curso superior de graduação; b) documentos que comprovem a regularização de servidores da Polícia Civil do DF cedidos para ocupar cargos comissionados na estrutura administrativa do DETRAN/DF, assunto disciplinado pela Lei nº 8.112/90, como assim o definiu a Decisão nº 6.868/2006; c) justificativas para a prática da advocacia por parte do servidor Robson Luiz Rodrigues Teixeira, ocupante de cargo comissionado de direção, supostamente contrariando o previsto no art. 28, inciso III, da Lei nº 8.906/94; d) comprovante da nomeação do servidor de Matrícula nº 67.320-X, para exercer cargo em comissão na estrutura administrativa do DETRAN/DF;*

4. Em cumprimento a citada decisão, acostaram-se aos autos os documentos de fls. 136/192.

5. Quanto à alínea “a”, informa o jurisdicionado que o servidor José Alves Bezerra, matrícula 741-2, à época “assinava o livro de saída da então empresa de segurança, também como forma de comprovar a compensação em horário diferenciado”, mas que a citada empresa “não opera mais junto ao Detran e informou não possuir mais os livros”, não trazendo aos autos nenhuma nova informação que comprove que o servidor efetivamente compensou o horário especial que lhe foi deferido, razão pela qual sugere-se reiterar a citada determinação, devendo o jurisdicionado juntar aos autos cópias das folhas de ponto que atestem a efetiva compensação de horário especial por parte do servidor de matrícula nº 00.741-2.

6. Com relação à alínea “b”, foram reencaminhadas cópias do DODF com as respectivas nomeações dos servidores da PCDF para cargos comissionados no DETRAN/DF, informando que os respectivos processos de regularização de cessão tramitam nas unidades de governo competentes. Entretanto, não foram encaminhados documentos que comprovem a regularização das cessões em apreço, motivo pelo qual sugere-se reiterar a determinação em epígrafe.

7. No que pertine à alínea “c”, informa o jurisdicionado que “em processo administrativo no âmbito do Detran e da Secretaria de Estado de Transparência, o servidor Robson Luiz Rodrigues Teixeira esclareceu que só advogou no inventário



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



*de sua mãe, no estado da Bahia*”, o que, a princípio, contraria o art. 28, inciso III, da Lei nº 8.906/94 (dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a OAB), porquanto teria exercido cargo comissionado de direção. Tendo em conta que a norma, supostamente violada, refere-se ao Estatuto da Advocacia e à OAB, sugere-se informar à Ordem sobre a prática de advocacia por parte do servidor Robson Luiz Rodrigues Teixeira, ocupante de cargo comissionado de direção, tendo em conta o disposto no art. 28, inciso III, da Lei nº 8.906/94.

8. Em atenção à alínea “d”, foram acostados às fls. 183 e 186 os atos de nomeação do servidor de Matrícula nº 67.320-X para exercer cargo em comissão na estrutura administrativa do DETRAN/DF.

9. Dessa forma, entende-se que pode se considerar parcialmente cumprido o item V da Decisão nº 1.053/2013, sem prejuízo de reiterar ao DETRAN/DF o contido nos itens “V.a” e “V.b” da mesma, no sentido de juntar aos autos cópias das folhas de ponto que atestem a efetiva compensação de horário especial por parte do servidor de matrícula nº 00.741-2, bem como encaminhar ao TCDF documentos que comprovem a regularização de servidores da Polícia Civil do DF cedidos para ocupar cargos comissionados na estrutura administrativa da Autarquia, assunto disciplinado pela Lei nº 8.112/90, como assim o definiu a Decisão nº 6.868/2006.

10. Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:

- I. considerar parcialmente cumprido o item V da Decisão nº 1.053/2013;
- II. reiterar ao DETRAN/DF o contido nos itens “V.a” e “V.b” da Decisão nº 1.053/13, no sentido de encaminhar ao TCDF, no prazo de 30 (trinta) dias:
  - a. cópias das folhas de ponto que atestem que o servidor de Matrícula nº 00.741-2 efetivamente compensou o horário especial que lhe foi deferido, para que frequentasse curso superior de graduação;
  - b. documentos que comprovem a regularização da situação funcional de servidores da Polícia Civil do DF cedidos para ocupar cargos comissionados na estrutura administrativa do DETRAN/DF, assunto



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



disciplinado pela Lei nº 8.112/90, como assim o definiu a Decisão nº 6.868/2006;

- III. informar à OAB sobre a prática da advocacia por parte do servidor Robson Luiz Rodrigues Teixeira, ocupante de cargo comissionado de direção, tendo em conta o disposto no art. 28, inciso III, da Lei nº 8.906/94.

À consideração superior.

Brasília, 13 de junho de 2013.

Hugo Mesquita Póvoa  
Auditor de Controle Externo  
Matr. nº 1417-9